

SOBRE RUPTURAS E PROBLEMATIZAÇÕES EM TEXTOS PREFACIAIS DE MANUAIS DAS CIÊNCIAS DA LINGUAGEM

Éderson Luís Silveira¹
Agnaldo Almeida²
Leonard Christy Souza Costa³

Resumo

A presente pesquisa qualitativa por meio de dados documentais visa apreender os gestos de interpretação inscritos em textos prefaciais de livros introdutórios da área de estudos da linguagem publicados no Brasil, direcionados a estudantes de graduação e pós-graduação. Serão utilizados os pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso de linha francesa peucheteana. Nas análises efetuadas, observa-se que os sujeitos buscam um distanciamento, ou mesmo "ruptura", de imagens sócio-historicamente construídas em torno da língua como um todo homogêneo que não revela as situações reais de interação. Dessa forma, a materialidade textual é recortada e se inscreve em formas discursivas distintas, das quais se destaca uma atravessada pela cientificidade (Linguística) e outra pela normatividade (tradição gramatical), com vistas a mostrar os tensionamentos e a produção de sentidos que emergem dos textos em questão.

Palavras-chave: formações discursivas, prefácios, Ciências da linguagem.

About breaks and problematizations in prefaces of manuals of the Language Sciences

Abstract

This qualitative research aims to capture the gestures of interpretation inscribed in the preface of handbooks in the area of language studies, published in Brazil and aimed at undergraduate and graduate students. The theoretical-methodological framework used in this study is based on the French line of Discourse Analysis of Michel Pêcheux. In this analysis, it appears that the subject is distanced, or even "breaks away" from the socio-historically images

¹ Mestre e Doutorando em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC; pós-graduando em Ontologia e Epistemologia, Membro e pesquisador do Grupo Formação de Professores de Línguas e Literatura (FORPROLL/CNPq) e do Grupo Michel Foucault e os Estudos Discursivos (UFAM/ CNPq). Bolsista CAPES.

² Doutorando em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

³ Doutor em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Professor Adjunto I da Universidade Federal do Amazonas – UFAM

built around the language as a homogeneous whole, which does not reveal the real situations of interaction. Thus, the textual materiality is limited, as it belongs to distinct discursive formations, among which we find those predominantly scientific (linguistics) and others predominantly normative (grammatical tradition), displaying thus the tensions and meanings emerging from the texts in question.

Keywords: discursive formations, prefaces, Language Sciences.

1. Introduzindo o percurso

Os livros introdutórios funcionam, fundamentalmente, com o objetivo de expor aos leitores determinados campos do conhecimento e seus vieses teórico-analíticos. Temos, por exemplo, textos introdutórios aos estudos históricos, ao estudo do direito, aos estudos literários, entre outros. No âmbito dos estudos linguísticos, temos alguns manuais deste caráter, que visam “apresentar e preencher lacunas basilares” das teorias que constituem essa área do conhecimento. Geralmente, eles são direcionados a estudantes que ingressam no curso de nível superior de Letras, assim como são requeridos, em alguns casos, em provas didáticas para o ingresso em cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu*, em universidades públicas e privadas do Brasil. Nesse sentido, o presente artigo visa apreender os gestos de interpretação, definidos por Orlandi (2007, 2012) como ato ao nível simbólico⁴, inscritos em textos prefaciais de dois livros introdutórios da área de estudos da linguagem levando em consideração as categorias de sujeito e formação discursiva.

Sobre os gestos de interpretação cabe destacar que discursivamente se estabelece que os sujeitos estão fadados a interpretar devido à necessidade de atribuir sentido às coisas do mundo (ORLANDI, 1996). Dar sentido é, portanto, “[...] construir sítios de significância (delimitar domínios), é tornar possíveis gestos de interpretação” (ORLANDI, 1996, p. 64). Trata-se, de acordo com

⁴ Conforme Orlandi (2007, 2012), os atos ao nível do simbólico são, por exemplo, vaias, gritos, aplausos. Como a materialidade da linguagem (verbal ou não) significa de formas diferentes, efetuamos diferentes gestos de interpretação. Ou seja, diante de X, somos instados a interpretar (de determinadas posições discursivas) o que é aquilo ou que aquilo quer dizer, mesmo que tal processo (de interpretação) nos pareça como natural, evidente.

Orlandi, de um ato simbólico linguístico-discursivo que intervém no real e o espaço da interpretação se constitui pela falta e pelo equívoco permitindo assinalar, assim, não-transparência da linguagem.

Em outras palavras, buscamos compreender como os sujeitos significam e se significam (tecem gestos de interpretação) dentro dos processos de significação (produção de sentidos) materializados nestes textos, visto que “o homem não pode, assim, evitar a interpretação, ou ser indiferente a ela. Mesmo que ele nem perceba que está interpretando – e como está interpretando – é esse um trabalho contínuo na sua relação com o simbólico” (ORLANDI, 2007, p. 10).

Conforme a mesma autora (ORLANDI, 2008), os prefácios têm dimensões e finalidades variadas: apresentar o autor e/ou a obra, de forma geral ou capítulo a capítulo e mostrar a relevância daquele texto, por exemplo. Podem ser longos ou curtos, e constituírem-se em um prólogo ou epílogo, isto é, vir antes ou depois do texto “principal”. Seja qual for sua estrutura e modo de funcionamento, eles se apresentam como um caminho específico de entrada da obra.

Como para a Análise de Discurso, tomando como base os trabalhos de Michel Pêcheux (2009) e Eni P. Orlandi (1999, 2007, 2008, 2012), linha teórica a qual nos filiamos neste trabalho, todo texto é parte de um processo discursivo que não se esgota em uma situação (nas margens de um texto há outros realizados, possíveis e imagináveis), os prefácios funcionam como um espaço que intenta “limitar” o texto. Eles buscam instituir uma forma de leitura, dá-lhe um início particular, inserindo-o na perspectiva de um determinado processo discursivo. Nas palavras da autora:

Com os prefácios e as notas, os autores visam conter o texto nos limites, ou melhor, procuram não deixar que ele signifique além de certos limites, e apagar as transformações de sentido trazidas pelo fato de que, na sua materialidade, eles são objetos integralmente históricos (e linguísticos). (ORLANDI, 2008, p. 120-121).⁵

⁵ Em seu estudo, Orlandi (2008) se ocupa também da análise de notas de pé de página, as quais, segundo a autora, procuram ser as margens, limites laterais, de um texto. Prefácios (início) e notas (margens) são, portanto, limites que buscam direcionar a produção de sentidos de um determinado texto.

Os textos prefaciais, desse modo, servem como “pontos de contenção do sentido” de uma obra, sendo de responsabilidade do próprio autor, do editor ou de terceiros. Porém, não é porque há essa busca de limites que não podemos observar que o texto é atravessado por diversas formações discursivas que, em uma determinada conjuntura histórico-social, são determinadas por dadas formações ideológicas.

Nessa perspectiva, pretendemos analisar como ocorrem as discursivizações sobre a língua e seu estudo em textos prefaciais de livros introdutórios sobre a Linguística. Para isso, elegemos como dados documentais duas obras: *Introdução à linguística: objetos teóricos*, volume 1, organizada e prefaciada por José Luís Fiorin (2011); e *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*, volume 2, organizada por Fernanda Mussalim e Anna Christina Bentes (2011), e prefaciada por Sírio Possenti. Em outras palavras: pretendemos compreender os processos de significação instaurados pelas discursivizações realizada por meio dos gestos de interpretação praticados pelos sujeitos em questão, visto que “[...] o analista não interpreta o texto; ele explicita (torna visíveis) os gestos de interpretação que textualizam a discursividade e ele interpreta os resultados dessa análise, no interior de um dispositivo teórico” (ORLANDI, 2012, p. 78).

Na seção subsequente discorreremos sobre o nosso aporte teórico para, em seguida, efetuarmos o exame dos dados documentais desta pesquisa de caráter qualitativo. De modo geral, nossas análises apontam que tais sujeitos, ao se identificar com a posição-sujeito de linguista, buscam um distanciamento, ou mesmo “ruptura”, de imagens sócio-historicamente construídas em torno da língua. A materialidade textual é recortada por formações discursivas diversas, das quais se destacam: uma marcada pela cientificidade (Linguística), outra pela normatividade (tradição gramatical).

2. O discurso e suas condições de produção

Como o nome já aponta, a Análise de discurso (doravante AD) tem o discurso como objeto de análise. Desse modo, é preciso atentarmos para a noção de discurso a partir de uma ancoragem científica que apresente rigor teórico, do qual precisamos utilizar para responder à interrogação: o que é discurso? Essa palavra, corrente em nosso cotidiano, é costumeiramente associada ao discurso político, a uma forma mais rebuscada de dizer, a um pronunciamento mais eloquente coligado à retórica, por exemplo.

Para a AD, o discurso é percebido a partir de outro viés: ele “[...] não é a língua, nem texto, nem a fala, mas necessita de elementos linguísticos para ter existência material” (FERNANDES, 2008, p. 13). Por isso dizemos que o discurso é algo exterior à língua, mas que precisa dela para se materializar. Discurso, conforme Pêcheux (2009), é efeito de sentido entre interlocutores. É por meio dele que o sentido e o sujeito se constituem, em um processo que implica a língua, lugar material onde o discurso se materializa, e a ideologia, que, por sua vez, se materializa no discurso.

Assim, é a partir do texto, material linguístico-histórico, em suas diversas materialidades (verbal e não-verbal), que o analista de discurso tem acesso ao seu objeto de estudo, o discurso. Frisamos: texto não é discurso. O texto é o material empírico que nos dá acesso ao discurso, ou melhor, aos discursos, visto que um mesmo texto pode ser (geralmente o é) constituído por diversos discursos, atravessado por diversas Formações Discursivas (FDs), as quais comportam determinadas posições do sujeito. Ainda sobre a análise do discurso, cabe assinalar:

[...] aquela que não explica, nem serve para tornar inteligível ou interpretar o sentido, mas que nos leva a melhor compreender os processos de significação, o modo de funcionamento de qualquer exemplar de linguagem para significar. Com efeito, a relação que a análise do discurso estabelece com o texto não é para dele extrair um sentido mas sim para problematizar essa relação, ou seja, para tornar visível sua historicidade e observar a relação de sentidos que aí se estabelece, em função do efeito de unidade". (ORLANDI, 2007, p. 173)

Nos terrenos da AD, a ideologia se inscreve na exterioridade, não sendo algo exterior ao discurso em si, mas constitutiva da prática discursiva. Trata-se de um efeito da relação entre sujeito e linguagem, presente enquanto

determinante do sentido que está presente no interior do discurso, não a partir de uma consciência fundante, mas presente em toda a manifestação do sujeito. Para isso, a ilusão de que o sujeito é fonte de seu dizer e de que o sentido já existe como tal são efeitos da ideologia permitindo sua identificação com a FD na qual se inscreve. Então de acordo com Orlandi (2012), sob o viés discursivo, a ideologia, passa a ser percebida como processo de naturalização dos sentidos, produzindo evidências e colocando o homem na relação imaginárias com suas condições materiais de existência, que interpela os indivíduos em sujeito. O sujeito, de acordo com Leandro Ferreira (2011) não é nem totalmente livre nem totalmente determinado por circunstâncias externas. Dessa forma, é constituído a partir da relação com o outro não sendo nem fonte do sentido nem elemento originador do discurso. Sendo incompleto sua identidade resultará dessa constante busca por completude que nunca cessa de se manifestar. Dessa forma, o sujeito discurso é determinado e afeta a FD em sua prática discursiva a partir do estabelecimento de uma relação ativa no interior de uma dada FD (LEANDRO FERREIRA, 2000).

Ao apoiarmo-nos na teoria materialista do discurso, é de suma importância observar a inscrição dos sujeitos em posições no interior de dadas FDs. Para Pêcheux (2009), as FDs determinam aquilo que pode ou não ser dito a partir de uma formação ideológica, ou seja, uma posição dada em uma conjuntura histórico-social e ideológica específica. É no interior das FDs que se constituem os sentidos das palavras, das proposições e das expressões, os quais aparecem para os sujeitos aí identificados como naturais, evidentes (ORLANDI, 2007).

Porém, é preciso acentuar que esses sentidos não são fixos, porque os discursos funcionam na movência, no deslize de sentidos, por estarem ligados às transformações histórico-sociais e ideológicas. A noção de condições de produção do discurso se torna determinante nesse sentido, pois é a partir dela que é possível analisar como os sentidos se (re)constituem, se (re)formulam e circulam no interior de uma FD. De acordo com Orlandi (1999), as condições de produção se definem como as circunstâncias de enunciação, ou seja, o contexto imediato (local, sujeitos etc.), o contexto sócio-histórico e ideológico

(forma de organização sociedade, instituições, distribuição de posições, relações de poder etc.).

A esta altura, é importante pontuar que a AD a pensa como interdiscurso: aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente (PÊCHEUX, 2009; ORLANDI, 1999). Há, desse modo, um conjugado de formulações feitas e já esquecidas (já-ditos, pré-construídos) que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. As FDs são as regiões que recortam o interdiscurso. Como nosso dizer é sustentado por um já-dito, existe uma relação constitutiva entre o interdiscurso (o saber constituído historicamente) e o intradiscurso, ou fio do dizer (o que é dito numa determinação situação). Nas palavras de Orlandi (1999: 32):

O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas 'nossas' palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele.

Como pontuamos acima, o processo ideológico de interpelação dos indivíduos em sujeito não é acessível a este pelo efeito de sermos sempre já sujeitos. Sendo assim, produzimos determinados gestos de interpretação a depender da posição-sujeito com a qual nos identificamos que, por sua vez, estão inscritas nas FDs. Argumenta Orlandi (2007): o sujeito está fadado à interpretação pelo fato de ter que atribuir sentido a tudo em sua volta:

Um dos efeitos ideológicos está justamente no fato de que, no momento mesmo em que ela se dá, a interpretação se nega como tal. Quando o sujeito fala, ele está em plena atividade de interpretação, ele está atribuindo sentido às suas próprias palavras em condições específicas. Mas ele o faz como se os sentidos estivessem nas palavras: apagam-se suas condições de produção, desaparece o modo pelo qual a exterioridade o constitui. Em suma, a interpretação aparece para o sujeito como transparência, como o sentido já lá (ORLANDI, 2007, p. 65).

Os sentidos se constituem historicamente, formando redes, o que possibilita a interpretação, visto que as diferentes formas de linguagem, em suas diversas materialidades, significam de modos distintos. Como os sentidos não são os mesmos, cabe ao analista de discurso compreender os processos

de significação que sustentam a interpretação. Nas discursivizações (modo como os discursos se materializam em textos), os sentidos produzidos podem sofrer alterações que negam, afirmam e/ou mesmo são deslegitimados no interior da mesma ou de uma FD oposta. É importante observar que as instituições regulam os gestos de interpretação “[...] dispondo sobre o que se interpreta, como se interpreta, quem interpreta, em que condições” (ORLANDI, 2007, p. 10). Continua a autora:

Mesmo se a finalidade primeira é descrever, penso que o trabalho do analista de discurso não se limita à descrição. Mesmo porque a descrição tem que ser interpretada. Melhor dizer então que sua finalidade não é descrever nem interpretar mas compreender – isto é, explicitar – os processos de significação que trabalham o texto; compreender como o texto produz sentido através de seus mecanismos de funcionamento. Podemos ir além: o analista procura determinar que gestos de interpretação trabalham a discursividade que é objeto de sua compreensão. Ele procura distinguir quais gestos de interpretação estão na base da produção de sentidos de um texto. Como os sentidos e os sujeitos com suas posições se constituem ao mesmo tempo, o analista busca assim compreender os gestos de interpretação constitutivos dos sentidos e dos sujeitos (ORLANDI, 2012, p. 27-28).

São esses os esforços empreendidos na seção seguinte: compreender os gestos de interpretação definir que constituem os textos prefaciais de dois livros introdutórios de estudos da linguagem, a fim de observar como a questão da língua, da ciência, da normatividade e do seu ensino são significados. Ao significar, os sujeitos em questão, ao identificarem-se com determinadas formações discursivas, estão também significando a si mesmos.

3. Discursivizações sobre os estudos da linguagem em manuais introdutórios

3.1 Metodologia

Mesmo com a institucionalização da linguística como disciplina obrigatória nos cursos de Letras, nas universidades brasileiras em meados da década de 1960, o ensino de Língua Portuguesa, em muitas escolas espalhadas pelo Brasil, ainda se pauta em um ensino puramente gramatical/normativo, como pontuam, por exemplo, os estudos de Possenti (1996), Almeida *et al.* (2010) e

Silveira (2013). Os conceitos de “certo” e “errado” e situações de aprendizagem que reduzem o estudo da língua a classificações e catalogações a partir de gramáticas normativas constituem algo muito criticado pelos linguistas, considerados os cientistas da linguagem: aqueles que devem dizer como as línguas são em sua estrutura e funcionamento, e não como a língua deve ser, tarefa relegada aos gramáticos de cunho normativo.

Na mídia, para citar somente mais uma instituição, não é diferente: muitas “verdades” estão arraigadas e são reproduzidas em nossa sociedade pela mídia como, por exemplo, a exaltação de modelos de perfeição da língua(gem). O ideal de “perfeição” é construído a partir da eleição de uma variante linguística (considerada “boa”, “correta”) entre as demais, e ajuda a construir um imaginário de língua homogênea, continuamente defendido como pressuposto básico de concepção de utilização da língua na sociedade. Sobre tal questão, Almeida (2015, p. 59) argumenta:

Em sua *Moderníssima gramática Ilustrada Sacconi*, o autor adverte que “desconhecer a língua pátria é vergonhoso; desrespeitá-la é afrontoso. O princípio de nacionalidade, do civismo e da própria cidadania começa com o respeito à língua pátria. Ame-a, cultive-a quanto puder!” (SACCONI, 2010, p. 05). A língua pátria a que ele se refere é a norma padrão, que devemos reverenciar e cultivar por ser um princípio de nossa nacionalidade, como preconizavam os gramáticos do século XIX.

No entanto, existem modos diferentes de perceber a língua dentro e fora das universidades. Se ela é referida como algo estritamente associado à gramática normativa em muitas escolas e na mídia, é a esse imaginário coletivo que respondem os materiais introdutórios elaborados para os estudantes que ingressam nos cursos de Letras espalhados pelo Brasil. A concepção de língua como algo normativo e que não a revela como objeto de estudo a partir da observação dos universos heterogêneos das práticas de linguagem é continuamente problematizada nestes cursos, que têm como objeto de estudo a língua em funcionamento e em suas diversas formas.

A partir da análise de discurso de Michel Pêcheux, temos um método para pensar a língua, o mundo e os sentidos. Com ela, muda-se o pensamento sobre a linguagem – se compararmos com pressupostos positivistas, por

exemplo - que não pode ser observada na correlação ingênua entre as palavras e as coisas ou sob o aporte teórico de subjetividade que funda dizeres. Para a AD, o sujeito não é fonte daquilo que diz e os discursos atravessam palavras, sujeitos e dizeres. Trata-se, de uma leitura crítica que não busca revelar o que estava oculto. A AD busca analisar as tensões que emergem e são produzidas nos textos e através dos textos. A partir dela, como bem menciona Eni Orlandi (2011), trabalha-se com sujeitos e sentidos e sabe-se que nada, nenhum campo do conhecimento, pode estar indiferente à linguagem.

Nessa perspectiva, visamos compreender os processos de significação materializados nos textos prefaciais de livros introdutórios de estudos linguísticos, visto que o sujeito ao significar esse campo científico, estabelecendo uma direção para os sentidos, é também significado. Para tanto, selecionamos como dados documentais enunciados de duas obras: *Introdução à linguística: objetos teóricos*, volume 1, organizado e prefaciado por José Luís Fiorin (2011), e *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*, volume 2, organizado por Fernanda Mussalim e Anna Christina Bentes (2011) e prefaciado por Sírio Possenti. A escolha de tais manuais justifica-se por seu constante uso em cursos de graduação, além de serem parte de coleções bastante conhecidas no meio acadêmico⁶.

Metodologicamente, adotamos os princípios descritos por Orlandi (1999), para a qual “[...] não há análise do discurso sem mediação teórica permanente, em todos os passos da análise, trabalhando a intermitência entre descrição e interpretação que constituem, ambas, o processo de compreensão do analista” (ORLANDI, 1999: 62). Para Orlandi (1999), temos ao nosso alcance um dispositivo teórico da interpretação (princípios gerais da Análise de Discurso) e, a partir dele, construímos o dispositivo analítico, que é definido a partir da questão em análise e sua finalidade, sendo, portanto, variável. Em nosso caso,

⁶ A coleção *Introdução à linguística* organizada por José Luiz Fiorin é composta por dois volumes e recebem os seguintes subtítulos: I. Objetos teóricos e II. Princípios de análise (Editora Contexto). Já a coleção *Introdução à linguística* organizada por Fernanda Mussalim e Anna Christina Bentes distribui-se em três volumes, os dois primeiros com o subtítulo Domínio e fronteiras, e, o último, Fundamentos epistemológicos (Cortez Editora).

a construção do dispositivo analítico se deu pelas seguintes etapas: constituição e delimitação dos dados documentais, descrito no parágrafo anterior; definição das categorias analíticas, sendo as principais: sujeito definir e FD definir para análise das materialidades discursivas presentes nos textos, atentando-nos para o fato de que todo discurso é parte de um processo discursivo mais amplo, e a forma como o recortamos determina o modo da análise.

Para considerar as relações entre sujeitos e o texto em análise, cabe destacar que, para a AD “[...] o texto é uma dispersão de sujeitos por comportar diversas posições-sujeito que o atravessam e que correspondem a diferentes formações discursivas” (LEANDRO FERREIRA, 2001, p. 22). Assim, o sujeito não é totalmente livre nem completamente determinado pelo exterior e se constitui na relação com o outro. Dessa forma, interessa-nos, discursivamente, afirmar que a completude do dizer é um efeito da relação entre texto e sujeito, do sujeito com o discurso e da inserção do discurso em uma FD determinada. É isso, de acordo com Leandro Ferreira (2001) que produz um efeito de unidade de transparência do dizer. À esta altura, não se pode negligenciar que, no âmbito dos estudos discursivos pecheteanos, a linguagem não é transparente nem o dizer advém de uma subjetividade fundante. Toma-se, então, o sujeito como resultado da relação com linguagem e a história. A FD é a matriz do sentido a partir da qual se tem a regulação do que o sujeito deve dizer e o que não pode nem deve ser dito (COURTINE, 1994).

Desse modo, objetivamos tecer gestos de interpretação definir acerca dos sujeitos que enunciam a partir de posições-sujeito determinadas por formações discursivas, que mantêm relações com outras, seja em relação de aliança, de embate etc., a fim de compreender os processos de significação instaurados nos prefácios. Como fio norteador de nossas discussões, tomamos as seguintes perguntas norteadoras: Como os sujeitos (posição discursiva) significam os estudos linguísticos? Quais as formações discursivas que recortam o texto, e a quais posições-sujeito os sujeitos se identificam?

3.2 Análise dos dados e resultados?

Iniciemos, dessa forma, por explicitar a estruturação e a finalidade dos prefácios em questão. Como pontuamos acima, os prefácios, conforme Orlandi (2008), podem se apresentar de diversas formas (curtos, longos, em forma de prólogo ou epílogo) e finalidades distintas (agradecimentos, desculpas, apresentação da obra e do autor por um terceiro etc.), e, do ponto de vista discursivo, buscam o estabelecimento de “limites” para o texto que se segue, dando-lhe um início, uma perspectiva e modo de leitura, para que ele (o texto) não signifique além de certos limites.

No que diz respeito à estrutura, ambos são curtos: o prefácio assinado por Jose Luiz Fiorin possui 7 parágrafos (3 páginas), dentre os quais um é uma citação do texto *Linguística e comunicação* de Roman Jakobson; o segundo, intitulado de “Apresentação”, de autoria de Sírio Possenti, apresenta-se em 13 parágrafos (4 páginas). Reafirmamos, aqui: o que nos importa é o sujeito enquanto posição discursiva. Logo, ao citarmos os nomes dos sujeitos acima estamos pensando, junto a Orlandi (2012), não no sujeito empírico, e sim em uma das funções do sujeito: o autor – aquele que se coloca como responsável por texto, como princípio de coerência e que produz um efeito imaginário de unidade, de textualidade. Por meio dessa função, o sujeito é colocado, imaginariamente, na origem do sentido e responsável por sua produção.

Em relação à finalidade dos prefácios, em ambos, os sujeitos buscam apresentar as obras, discorrendo sobre a importância da linguagem para compreender o mundo, dos estudos linguísticos desenvolvidos nas últimas décadas e da formação do profissional de Letras. Ou seja, eles visam apresentar aos estudantes a que se destinam os manuais a Linguística enquanto um campo do saber, supostamente desconhecido por muitos:

- (1) Os estudantes que chegam à universidade repetem e confirmam a situação: eles não têm a menor familiaridade com as questões mais banais às quais se dedica a Linguística, a despeito da longa experiência escolar com manifestações variadas e relevantes da linguagem, e também de alguma experiência, frequentemente dolorosa e quase sempre inútil, com gramáticas (sempre só as normativas) (POSSENTI, 2011, p. 07).

É materializado no enunciado (1) que os estudantes do curso de Letras, antes da universidade, desconhecem a Linguística, isto é, a ciência responsável por descrever e explicar os fatos linguísticos, pelo fato de ser preponderantemente valorizado o viés normativo nas escolas e na mídia, como apontamos acima. Ao colocar o dito em relação ao não dito observamos que é questionada a pouca visibilidade social dos estudos sobre a língua que vem sendo desenvolvidos há muito nas universidades brasileiras. As descobertas científicas sobre as questões linguísticas parecem não interessar tanto quanto as das áreas da química, da biologia, da medicina.

No enunciado acima já é possível verificar o embate de, pelo menos, duas formações discursivas: uma científica (pouco divulgada, é a esta que o sujeito se filia) e uma normativa, que é a FD dominante socialmente – o discurso da escola e da mídia, em grande escala, encontra-se imbricado a esta. Como exemplo desta última FD, tomemos o enunciado abaixo extraído da *Novíssima gramática da língua portuguesa*, de Domingos Paschoal Cegalla, lançada no ano de 1964 e até hoje reeditada, encontrando-se em sua 46ª edição.

- (2) A gramática segundo a conceituamos, não é nem deve ser um fim, senão um meio posto a nosso alcance para disciplinar a linguagem e atingir a forma ideal da expressão oral e escrita. Temerário seria que pusesse em dúvida a utilidade do estudo da disciplina gramatical. Maldizer da Gramática seria contrassenso e obscurantismo, como contrassenso e obscurantismo fora malsinar os compêndios de boas maneiras só porque preceituam as normas da polidez que todo cidadão deve acatar (CEGALLA, 1967, p. 1).

No enunciado (1), a primeira FD é marcada linguisticamente pelo enunciado “eles [os alunos] não têm a menor familiaridade com as questões mais banais às quais se dedica a Linguística”, já a segunda o é por, “alguma experiência, frequentemente dolorosa e quase sempre inútil, com gramáticas (sempre só as normativas)”, gramáticas estas que se filiam à mesma rede de sentidos do enunciado (2). Em outros termos, é materializada a tensão entre a tradição gramatical, que predominou nos estudos linguísticos da Antiguidade Clássica até o século XVIII e que até hoje serve como inspiração para

elaboração de gramáticas normativas aqui no Brasil, e os estudos da denominada “Linguística moderna”, iniciados na primeira metade do século XX, mas que até hoje não são difundidos sistematicamente, nem mesmo as suas “questões banais”.

Por ainda se constituir a FD dominante em nossa sociedade, é naturalizado que estudar língua portuguesa é aprender a norma padrão ou, como afirma Cegalla acima, aprender “a disciplinar a linguagem e atingir a forma ideal da expressão oral e escrita”. Os estudos linguísticos são, desse modo, escamoteados em prol da tradição gramatical:

- (3) O melhor testemunho desse atraso é o sucesso de pseudoprofessores nos meios de comunicação, que nada mais fazem do que repetir materiais do nível de apostilas dos cursinhos, com listas de ‘problemas’ de uso do português falado à luz da língua escrita” (POSSENTI, 2011a, p. 8).

É a partir dessa concepção de língua (homogênea, estudada a partir de classificações de classes gramaticais e “pesquisa” em dicionários) que os estudantes percebem, antes da graduação, os estudos sobre a linguagem. O imaginário de língua construído coletivamente no universo escolar e pela mídia reflete-se nos modos de pensar sobre a língua. Pasquale Cipro Neto (1999), por exemplo, professor e autor de gramáticas normativas, é frequentemente consultado pela mídia televisiva, participando de programas que o consideram estudioso da língua e acredita (a partir de sua inscrição na FD normativa) que as definições de “certo” e “errado” podem ser utilizadas para discernir o que é permitido e o que não é permitido no âmbito dos estudos da linguagem.

Se levarmos em consideração que as gramáticas normativas que são utilizadas nos ambientes de ensino de língua portuguesa na escola, podemos inferir que as imagens construídas histórica e ideologicamente sobre a língua e a linguagem remetem a códigos e normas, características que não remetem à polissemia e ao caráter inacabado, incompleto da linguagem. Para os estudos discursivos, a língua é a mediação necessária entre o homem e o mundo que o cerca (ORLANDI, 1999). Desse modo, pensar a língua a partir de gramáticas que (quase) não se modificam com o passar do tempo é alienar-se da

verdadeira natureza da língua, enquanto objeto heterogêneo e mutável, de acordo com as necessidades dos usuários nos ambientes das práticas de linguagem. É à rede de sentidos filiados à FD científica que se identificam os sujeitos em discussão.

- (4) Com esta obra, pretendemos, antes de mais nada, encantar os estudantes de Letras para a ciência linguística, mostrando-lhes, como disse Confúcio, no *Analetos*, que, sem conhecer a linguagem, não há como conhecer o homem. Ao mesmo tempo, pretendemos indicar-lhes que, sem conhecer a Linguística, não há como conhecer a linguagem, não há como decifrar seus mistérios, não há como revelar sua epifania (FIORIN, 2011, p. 09).
- (5) [...] quem já ouviu falar de Linguística supõe que ela se resume à arbitrariedade do signo, às relações paradigmáticas e sintagmáticas (quando a coisa é sofisticada, menciona-se outra dupla saussureana, sincronia e diacronia). Frequentemente, as introduções à Linguística – disciplina obrigatória nos cursos de Letras – não ultrapassam essa leitura mais ou menos festiva de Saussure, feita em algum manual ou apostila, que ninguém é de ferro (POSSENTI, 2011a, p. 08).

Em (4) e (5), além do que dito, podemos constatar a produção de sentidos de uma “ruptura” necessária: promover o conhecimento sobre a área das ciências da linguagem, “rompendo” com o imaginário de língua homogênea, com a FD normativa. A publicação desses livros é significada enquanto a possibilidade de tal “ruptura”. A palavra “ruptura” torna-se significativa no interior da FD em que o sujeito está inscrito. A partir dos enunciados acima, torna-se possível então perceber indícios de como ocorrem os processos de formação de um discurso: como ele aparece, quais os elementos que lhe são constitutivos. A partir da deslegitimação de um discurso anterior, normativo, os sujeitos-linguistas vão falar a partir de um outro lugar sócio-historicamente determinado em busca de uma legitimação da Linguística além dos muros das universidades, visto que tais estudantes frequentemente retornam à sala de aula nos ensinos fundamental e médio ocupando a posição de professor. Por conseguinte, caso essa “ruptura” aconteça nos cursos de Letras, ela se dará também na instituição escolar.

Ambos os sujeitos ocupam a mesma posição-sujeito de linguista nos prefácios em análise, identificando-se com a FD marcada pela cientificidade. São, assim, tomados por uma mesma rede de sentidos. Eles se inscrevem em uma mesma região do interdiscurso, a qual encontra-se em relação de contraste com os discursos da FD normativa. Mais uma vez, os sentidos da defesa da aprendizagem das Linguística podem ser observados em:

- (6) Pensamos que um iniciante na Linguística precisa saber o que é a ciência da linguagem, saber que há outras formas de estudar as línguas, que vão além do prescritivismo que hoje invade os meios de comunicação, saber que a Linguística pretende descrever e explicar os fenômenos linguísticos; conhecer como se processa a comunicação humana; perceber que as línguas não são nomenclaturas, mas formas de categorizar o mundo (FIORIN, 2011, p. 08).

No enunciado (6), podemos perceber que, a partir dos sentidos produzidos no interior da FD científica, ocorre a retomada de discursos anteriores, vinculados à tradição gramatical, e apagamentos de sentidos antes legitimados no interior de outras FDs, para que possam ser instaurados outros sentidos. Desse modo, a escola e a mídia são significadas como um lugar de consolidação de imagens sobre a língua, através do ensino de língua portuguesa, estabilizando-as a partir do discurso pedagógico e a Linguística defende seu lugar nos estudos da linguagem, em que a língua culta torna-se apenas uma das variedades do português, entre tantas outras existentes, por exemplo. Também a Linguística se divide em muitas subáreas que observam o objeto de estudo a partir de teorias específicas para que se possa operar, de maneira científica, com os fatos da língua.

Como os estudos sobre a língua portuguesa não se pautam na investigação (afirmação que é continuamente produzida enquanto efeito de sentido nas enunciações de sujeitos-linguistas), isso possibilita que o sujeito-linguista enuncie produzindo sentidos contrariando esses discursos e reformulando-os no interior da FD a que faz parte, a partir da deslegitimação do que foi dito antes na (re)produção de discursos que atestavam a autenticidade

das gramáticas normativas (e ela ainda é atestada continuamente nos meios televisivos e em muitas escolas).

4. Considerações finais

Os estudos da linguagem permitem ao homem perceber o universo que o cerca. Assim, as propostas da Linguística são inúmeras e as áreas em que se fragmenta também. E cada área vai analisar os fenômenos linguísticos a partir de uma metodologia e pressupostos que lhes são característicos. Apesar disso, não nos propusemos a analisar cada uma das teorias em que se subdivide a Linguística. Neste trabalho, utilizamos a análise do discurso de linha francesa, de inspiração pecheutiana, como ancoragem metodológica para que pudessem ser tecidos gestos de interpretação sobre sequências discursivas oriundas de prefácios de textos introdutórios da ciência linguística, direcionados a estudantes de Letras.

A análise efetuada permitiu apontar como sujeitos inseridos no interior de uma mesma FD enunciam seu dizer a partir de posições sociais e ideologicamente marcadas. Nesse sentido, também convocamos um enunciado de uma gramática normativa já que o discurso se relaciona a outros discursos anteriores e posteriores, para perceber como os discursos são (re)formulados no interior de uma FD.

No ensino gramatical, a língua é vista a partir de imposições e normas que tentam regular sua natureza, em que se utilizam conceitos estáveis para (tentar) explicar a língua a partir de formulações de “certo e errado”, sem que para isso se possibilite a investigação dos fatos da língua, como se esta se manifestasse apenas na forma escrita e em ambientes formais de interação. Isso faz com que tal objeto teórico esteja distante das situações reais de uso dos usuários e reflita diretamente nas concepções que graduandos de Letras têm, ao ingressar no curso de Letras por tomarem como parâmetro um ensino normativo que antecedeu a universidade. Nesse contexto, os prefácios de manuais de introdução à Linguística operam no sentido de desnaturalizar

estereótipos para então introduzir no campo de estudos da linguagem de um modo mais amplo.

A língua não pode ser percebida como a cristalização de normas gramaticais. Desse modo, estudar a linguagem perpassa o ato de pesquisar nuances, derivas, modos de situar-se no mundo em ambientes formais e informais de práticas de linguagem. Ortodoxamente, através de enunciados produtores de cristalizações de sentidos a partir da repetição de enunciados (embora os sentidos escapem e esse movimento não seja, portanto, completo e incabado), gramáticos normativos inscrevem-se em práticas discursivas que não visam incluir outras formas de perceber os fenômenos da língua(gem), mas em fixar formas repetitivas e conservadoras de olhar para o objeto linguístico de estudo. Esses motivos são consequências das discursivizações e repercutem a partir do imaginário de uma língua homogênea, construído a partir das gramáticas normativas e reproduzidos na sociedade pelos falantes, vítimas de um ensino excludente que aliena os sujeitos-alunos da natureza heterogênea da língua(gem).

Salientamos que nenhum artigo tem a pretensão de ser definitivo, seja o assunto que tratar em seu interior. Aqui nós propomos o caminho das reticências, o acréscimo de um percurso já iniciado por outros sujeitos em posições sociais e ideologias marcadas historicamente. Esperamos ter contribuído para a reflexão sobre os estudos linguísticos na sociedade atual, bem como acentuar que, no terreno dos estudos da linguagem, os fatos linguísticos não se oferecem aos estudiosos, sendo necessário rigor e método, a partir de cada teoria, que vai ser julgado o que é importante estudar: quais e como são, os mais relevantes ou menos relevantes, entre outros.

Referências:

ALMEIDA, A.; OLIVEIRA, J. S.; SANTOS, C.; SANTOS, M. O. O professor de língua materna e as imagens de si. *Revista Interdisciplinar*, v. 10, n. especial, pp. 317-327, 2010.

- ALMEIDA, A. 2015. *A posição-sujeito construída na autoria de Evanildo Bechara: entre a tradição gramatical e os estudos linguísticos*, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.
- CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- COURTINE, J. J. Le tissu de la mémoire : quelques perspectives de travail historique dans les sciences du langage. *Langages*, n. 114, p. 05-12, 1994.
- FERNANDES, C. A. 2008. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. São Carlos: Claraluz.
- FIORIN, J. L. Prefácio. Em FIORIN, J. L. *Introdução à linguística: objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2011, pp. 07-09.
- LEANDRO FERREIRA, M. C. *Glossário de Termos do Discurso*. Porto Alegre: Instituto de Letras da UFRGS, 2001.
- ORLANDI, E. P. *Análise do discurso princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.
- _____. *As formas do silêncio*. 6. ed. Campinas: editora da Unicamp, 2007.
- _____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2012.
- _____. *Interpretação: autoria, leitura e efeito do trabalho simbólico*. Campinas: Pontes, 2007.
- _____. Ler Michel Pêcheux hoje. In: PÊCHEUX, Michel. *Textos selecionados*. Campinas: Pontes, 2011, pp. 11-20.
- _____. *Terra à vista – Discurso do confronto: velho e novo mundo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas: Mercado das Letras, 1996.
- _____. Apresentação. Em MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 2. São Paulo: Cortez, 2011, pp. 07-10.
- SACCONI, L. A. *Novíssima gramática ilustrada Sacconi*. São Paulo: Nova geração, 2010.

SILVEIRA, E. L. (Des)construções acerca do imaginário de uma língua homogênea: consequências e discursivizações de um mito. *Web Revista Linguagem, Educação e Memória*, v. 4, p. 1-10, 2013.